CAPÍTULO I

Caracterização sumária da economia. Evolução recente, situação actual e perspectivas

1. Caracterização global da economia

1. Território insular de pequena extensão, orografia muito acidentada, clima equatorial com relativa variabilidade em função da altitude, pluviosidade abundante, subsolo de origem vulcânica insuficientemente reconhecido, mas não oferecendo possibilidades muito latas, rede hidrográfica de características torrenciais, grande variedade de solos agrícolas, tais os traços fundamentais do quadro físico em que se situa a economia de S. Tomé e Príncipe.

2. Na sua população evidenciam-se dois componentes: a população natural do arquipélago, caracterizada por acelerado ritmo de crescimento, e a mão-de-obra imigrada, de efectivos variáveis, com tendência para a regressão.

3. No sector agrícola, que é o predominante, coexistem uma agricultura empresarial, baseada em explorações de dimensões apreciáveis e produção virada para a exportação, na qual são absorvidos os efectivos da mão-de-obra imigrada, e uma agricultura de subsistência, assente em pequenas explorações de projecção económica restrita.

4. Nas relações económicas externas, S. Tomé e Príncipe não se afasta do padrão usual em economias deste tipo. As suas exportações são caracterizadas por alto grau de concentração e dependência geográfica, enquanto as importações são, na sua maioria, constituídas por bens de consumo corrente.

Tais características reflectem-se na vulnerabilidade de toda a economia à evolução das cotações internacionais dos produtos de base, entre os quais avulta o cacau.

A balança comercial está normalmente equilibrada, reflectindo-se na balança de pagamentos, na qual não são relevantes outras rubricas de crédito além da exportação.

5. A relativa rigidez das receitas públicas, em confronto com a nítida tendência para o crescimento das despesas estaduais, tem tornado a província dependente, no que se refere a investimentos infra-estruturais, da ajuda financeira da Administração Central. Os investimentos nos sectores produtivos têm sido assegurados por autofinanciamento ou por capitais entrados através das empresas agrícolas, não se registando aplicações apreciáveis da poupança privada local, cujas potencialidades não se encontram, aliás, suficientemente determinadas.

2. Evolução demográfica

6. As vicissitudes da história económica de S. Tomé e Príncipe projectam-se com notável fidelidade na evolução da sua população, através da variação dos seus efectivos e de modificações na sua composição étnica.

Constituída por sete grupos com características próprias que se diferenciam entre si nos aspectos somático, linguístico e etnográfico — forros, angolares, tongas, cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos, europeus e descendentes — esta população tem apresentado, ao longo dos últimos decénios, um ritmo de expansão baixo:

População total:

1921	55 940
1940	60 490
1950	60 159
1960	69 820
1965	67 189

Deve fazer-se uma distinção entre população total e população natural. Interessa acentuar que a população total apresenta um aumento global da ordem dos 11,7 por cento no período de 15 anos (1950 a 1965), crescendo, durante aquele período, à taxa média anual de 0,74 por cento, notando-se, porém, uma grande irregularidade anual, resultante especialmente do movimento migratório.

Por seu turno, a população natural, admitindo ser menos passível de qualquer mutação brusca na sequência do seu desenvolvimento normal do que a população imigrada, terá crescido à taxa média anual de 2,9 por cento.

7. Na ilha de S. Tomé é muito irregular a distribuição da população: cerca de 75 por cento dos habitantes vivem

no quadrante nordeste, enquanto os restantes 25 por cento se distribuem pelos outros três.

8. É difícil fazer projecções com base numa população desta natureza, em que duas componentes apresentam taxas evolutivas demasiado oscilatórias para poderem constituir qualquer base de estudo. Assim, aceita-se a taxa média anual de 2,9 por cento para a população local, efectuando-se, porém, um ligeiro ajustamento para 2,95 por cento, já que é possível que, no presente, a população local esteja a crescer mais ràpidamente, pela quebra nítida da mortalidade.

A população europeia, por seu turno, tem crescido à taxa média anual de 2,3 por cento.

Pelo censo de 1960 foram apurados os dados sectoriais relativamente à população assalariada e empregada da província, que se cifra em 32 milhares de indivíduos, representando 46,2 por cento da população total (estima-se, para 1960, que o extracto etário dos 15 aos 59 anos seja idêntico ao de 1950 — 72,3 por cento da população total).

	Milhares
Sector primário: agricultura, silvicultura e pesca	24,8
Sector secundário: indústrias diversas, construção, electricidade e água	2,5
Sector terciário: comércio, bancos, transportes e serviços	4,7

Mas em 1960 cerca de dois terços da população assalariada e empregada eram oriundos do exterior, ao passo que em 1965 seguramente perto de dois terços da população activa eram constituídos por indivíduos naturais e apenas cerca de um terço composto por mão-de-obra do exterior.

Um fenómeno se verificou pois: a participação mais firme da população natural no conjunto das actividades económicas da província.

9. Feitas estas considerações, ponderado o movimento migratório que ainda se encontra em fase de ajustamento às realidades presentes, com tendência ainda decrescente, e o nível estável do contributo da população europeia, pode estimar-se que a população atingirá em 1978 efectivos totais da ordem dos 78 000 habitantes, dos quais cerca de 50 por cento activos.

3. Evolução do produto, rendimento e despesas internas

10. Os valores do rendimento nacional estimados para S. Tomé e Príncipe, tendo em vista a exiguidade terri-

torial e demográfica e a dimensão económica da província, podem considerar-se altos (a preços constantes: 335,3 milhares de contos em 1953, 288,7 milhares em 1962 e 303,1 milhares em 1963).

Quanto à evolução do rendimento, a preços constantes, no período de 1953 a 1962, verifica-se que o mesmo decresceu à taxa média anual de 1,7 por cento, facto que originou abaixamento nas capitações, que só não se tornou grave por aquelas capitações se incluírem entre as mais elevadas do continente africano.

Com efeito, entrando apenas em linha de conta com o circuito monetário da economia, apuraram-se as seguintes capitações de rendimento para 1962:

Espécie	Capitações — Escudos
Por habitante (*a*)	4 865
Por produtor (*b*)	8 108

(*a*) População considerada para o cálculo: 62 630 habitantes.
(*b*) Valor estimado em 60 por cento da produção total.

O valor destas capitações elevar-se-ia de 25 a 30 por cento, caso fossem considerados os fluxos não monetários.

Na evolução do produto e na capitação exerce efeito predominante a evolução das cotações do cacau.

11. O quadro da distribuição percentual do rendimento da província pelas suas componentes e da taxa de variação anual média dos respectivos valores absolutos é o seguinte:

Categorias do rendimento (componentes)	1953	1962	Taxa de crescimento médio anual dos valores absolutos
Remuneração do trabalho . .	56,2	53,5	— 2,2
Rendimento das empresas não constituídas em sociedades	33,6	33,6	— 1,7
Rendimento da propriedade			
Poupança das sociedades . .	2,1	2,1	— 1,5
Impostos directos sobre as sociedades	3,3	6	+ 5
Rendimentos do Estado provenientes do seu domínio privado e empresas	4,9	5,8	+ 0,2
Menos: Juros da dívida pública e dos consumidores	0,1	1	+ 70,3
Rendimento nacional	100	100	— 1,7

12. As duas principais componentes do rendimento provincial — remuneração de trabalho e rendimento de empresas e propriedade — decresceram, de 1953 para 1962, em benefício das receitas resultantes da aplicação dos impostos directos sobre as sociedades, que se elevaram à taxa anual de 5 por cento.

13. Também o Estado viu aumentados os seus réditos como entidade privada a uma taxa que, sendo reduzida (0,2 por cento), traduz, no entanto, conjuntamente com o aumento das receitas provenientes daqueles impostos, o grau da contribuição do sector público para o rendimento provincial.

14. As contas económicas fornecem para 1963 volumes que parecem querer contrariar a tendência decrescente assinalada ao rendimento. De 1962 para 1963 assiste-se, de facto, a um acréscimo da ordem dos 5 por cento (a preços correntes), correspondente a 14,4 milhares de contos, resultante da subida das duas principais componentes.

15. A despesa de consumo privado engloba as despesas de consumo das famílias e as dos organismos privados sem fins lucrativos, aquelas participando com mais de 98 por cento no total e estas com a reduzida percentagem de aproximadamente 2 por cento, em média, o que mostra a pouca importância que o sector associativo ocupa na economia da província. Os consumos das famílias parecem não ter revelado a passividade observada relativamente ao rendimento, muito embora acusassem redução do valor global da procura. A percentagem de 97,8 por cento que apresentava em 1953 no conjunto da despesa privada baixou para 96,3 por cento em 1962, mas logo em 1963 se elevou aos maiores valores de sempre — 98,4 por cento —, tendo assim recuperado e eliminado o ligeiro decréscimo verificado no decénio de 1953–1962, na sua importância relativa. Os valores absolutos aumentaram, porém, neste mesmo período, em mais de 23 por cento, tendo o acréscimo de 1962 para 1963 sido da ordem dos 15 por cento, o que é notável. Também as respectivas capitações subiram sensìvelmente, o que significa melhoria no nível de vida da população.

16. Analisando a despesa de consumo das famílias, verifica-se que ela apresenta, na sua repartição percentual, estrutura análoga à que é típica dos países subevoluídos de clima quente.

Rubricas	Participação relativa		
	1953	1962	Média do decénio
Géneros alimentícios	45,1	44,8	45,5
Bebidas	10,4	10,5	9,9
Tabaco	3,4	3,3	3,3
Artigos de vestuário	13,3	12,5	13,1
Rendas e consumo de água	9,6	9,7	9,6
Iluminação	2,5	3,5	2,8
Mobiliário e artigos diversos . .	2,4	1,9	2,2
Conservação e limpeza de casas	4,4	4,3	4,3
Cuidados pessoais e médicos	2,7	2,5	2,5
Transportes e comunicações	3,2	3,2	3,3
Distracções e divertimentos	0,8	1,7	1,2
Serviços diversos	2,2	2,1	2,3
Despesa de consumo das famílias	100	100	100

O quadro mostra que as despesas com os consumos alimentares representam cerca de metade das despesas totais, seguindo-se as despesas com vestuário, bebidas e rendas e consumo de água. O consumo de energia é diminuto, embora apresente ritmo de crescimento favorável, e tal facto deve residir nos elevados custos tarifários, não susceptíveis, aliás, de redução antes da entrada ao serviço do aproveitamento do rio Contador.

Igualmente é diminuto o consumo de bens não primários, como sejam despesas com transportes e comunicações, despesas com distracções e divertimentos e outras. Justifica-se a pequena percentagem atribuída aos cuidados médicos, por ser gratuita a assistência pública em todos os estabelecimentos hospitalares. O consumo de bens sumptuários é diminuto.

17. Uma análise mais profunda da estrutura e da evolução da despesa de consumo privado em S. Tomé e Príncipe conduziria à evidência, não só de progressiva melhoria do nível de vida dos seus habitantes — o consumo aumentou no decénio de 1953–1962 à taxa anual média de 3 por cento, taxa que de 1962 para 1963 se aproximou, porém, dos 15 por cento —, como de uma provável mais equitativa distribuição do rendimento (excluindo, é claro, a hipótese de uma redução na poupança), porquanto aquele não acompanhou o ritmo de crescimento da despesa de consumo. De qualquer modo, permanece válida a conclusão de que se verificou um razoável aumento do nível de vida das populações, tra-

duzido pela subida das capitações da despesa de consumo das famílias.

18. A preços constantes, o produto interno bruto aos preços de mercado apresenta uma taxa de variação média anual de — 1,6 por cento no decénio de 1953–1962. Para o período de 1953–1963, a preços correntes, aquela taxa apresenta-se mais favorável (0,3 por cento), não deixando embora de confirmar o decréscimo do produto interno nos últimos anos. São acentuadas as variações de ano para ano, com especial relevância nos anos de 1958 a 1960, cujos valores atingem os pontos mais elevados do período em análise (respectivamente 389,1 e 365,6 milhares de contos, a preços correntes), motivados por bons anos agrícolas, demarcando o primeiro o cume ascensional do período, a partir do qual se processou uma queda sensível, que o segundo apenas retardou.

19. No quinquénio de 1959–1963, a taxa média de variação aproxima-se da encontrada, a preços correntes, para o decénio de 1953–1962 (0,2 por cento), mostrando acentuado colapso nos anos de 1961 e 1962 e recuperação em 1963, conforme se pode observar no seguinte quadro:

	1959-1960	1960-1961	1961-1962	1962-1963
Taxa (percentagem)	+ 5,1	— 8,1	— 3,1	+ 6,9

Parece poder deduzir-se desde já que se exerceu um esforço de recuperação no âmbito da estrutura económica vigente no último ano do quinquénio, receando-se, porém, que em 1964–1965 o valor do produto tenha caído de novo, pela quebra ainda mais acentuada nas cotações do cacau.

20. Em 1963 o produto interno bruto aos preços de mercado apresentou valor mais elevado do que no ano anterior (a preços correntes, 328,1 e 350,8 milhares de contos, respectivamente em 1962 e 1963), com uma taxa de acréscimo muito próxima dos 7 por cento, para o que contribuiu especialmente o comportamento da componente «Agricultura, silvicultura, caça e pesca», ou, mais concretamente, o cacau. O quadro seguinte apresenta a participação relativa de cada um dos ramos de actividade económica na formação do produto interno bruto aos preços de mercado nos anos de 1953, 1962 e 1963 (preços correntes).

Ramos de actividade económica	Participação relativa — Percentagens		
	1953	1962	1963
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	37,9	26,8	26,9
Indústrias extractivas	—	—	—
Indústrias manufactureiras	1,5	2,4	2,5
Construção	0,3	0,2	0,2
Electricidade, gás e água	0,2	0,1	0,1
Transportes, entrepostos e comunicações	0,7	1,4	1,4
Comércio por grosso e a retalho	33,6	32,2	32,4
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliários	0,7	1,2	1,1
Propriedade de casas de habitação	0,4	0,2	0,3
Administração pública e defesa	6	12,6	12,1
Serviços	18,7	22,9	23
Produto interno bruto (p. m.)	100	100	100

21. Verifica-se, pela análise do quadro anterior, que a recuperação devida, em parte, à melhoria da posição da componente «Agricultura, silvicultura, caça e pesca» (o comércio acerta por aquela a sua evolução) deve ter assentado numa ligeira subida nas cotações do produto base e nas positivas reacções em cadeia que a mesma originou.

A quebra do produto em 1964–1965 está em correspondência com a quebra da cotação do cacau, o qual representa mais de 70 por cento da exportação da província.

As capitações do produto interno bruto vêm, assim, decrescendo. Para um decréscimo médio anual de 1,6 por cento do produto, no período de 1953–1962 e para uma taxa média anual de crescimento da população total, durante o mesmo período, de 1,5 por cento, obtém-se uma taxa anual de variação *per capita* do produto de — 3,1 por cento, o que traduz acentuada diminuição.

Sem esquecer que aquela taxa de — 1,6 por cento foi obtida a preços constantes com base em 1962, a análise das capitações obtidas também a preços constantes não difere, em grande medida, dos valores encontrados. Com efeito, as capitações do produto em 1953 e 1962, respectivamente de 7046$ e 5208$, revelam uma variação anual de —3,4 por cento, que pouco se afasta da anterior.

Se tomarmos como base os valores do ano de 1963, teremos que, a preços correntes, como vimos, o produto

interno bruto subiu à taxa média anual de 0,3 por cento no período de 1953–1963; a população, no mesmo período, cresceu a 1,8 por cento, o que fornece um decréscimo *per capita* de — 1,5 por cento. Cotejadas as respectivas capitações — 6341$ em 1953 e 5601$ em 1963 —, obtém-se a taxa de — 1,3 por cento.

Elementos mais recentes indicam que, a preços constantes, o produto interno bruto aos preços de mercado decresceu no período de 1953–1963 à taxa anual média de 0,9 por cento, tendo a quebra das respectivas capitações sido da ordem de 1,2 por cento.

22. Da análise dos dados da contabilidade económica verifica-se que, ao longo do decénio de 1953–1962, o contributo dos diversos sectores para a formação do produto interno exprime-se pela forma seguinte:

Sectores e ramos de actividade	Contributo total (média do decénio) — Percentagens	Participação relativa — Percentagens	
		1953	1962
Sector I	*31,4*	*37,9*	*26,8*
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	31,4	37,9	26,8
Sector II	*2,2*	*2*	*2,7*
Indústrias manufactureiras	1,8	1,5	2,4
Construção	0,2	0,3	0,2
Electricidade, gás e água	0,2	0,2	0,1
Sector III	*35,5*	*35,4*	*35*
Transportes, entrepostos e comunicações	0,8	0,7	1,4
Comércio por grosso e a retalho	33,7	33,6	32,2
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliários	0,8	0,7	1,2
Propriedade de casas de habitação	0,2	0,4	0,2
Sector IV	*30,9*	*24,7*	*35,5*
Administração pública e defesa	8,7	6	12,6
Serviços	22,2	18,7	22,9
Produto interno bruto (p. m.)	**100**	**100**	**100**

23. Para além das referências já feitas ao rendimento nacional, despesa de consumo privado e produto interno bruto, convém abordar a aplicação do produto nacional, cuja análise evidenciará também alguns aspectos reveladores do panorama económico de S. Tomé e Príncipe.

No quadro seguinte pode encontrar-se a participação relativa (em percentagens) das várias componentes do produto nacional bruto:

Distribuição percentual

Componentes	1953	1962	1963
Despesa de consumo privado	52,8	64,5	62,5
Despesa de consumo do Estado	9,5	17,6	17,1
Quantitativo bruto da formação de capital fixo interno	8,9	17,3	15,2
Aumento de existências . . .	×	×	×
Exportação de bens e serviços	72,5	46,6	45,5
Menos: Importação de bens e serviços	— 43,5	— 45,6	— 39,9
Rendimento de factores líquidos recebidos do exterior . .	— 0,2	— 0,4	— 0,4
Despesa imputada ao produto nacional bruto (p. m.) . .	100	100	100

24. Mais especialmente, no tocante à formação bruta do capital fixo, no período de 1953–1962 (de que se possuem dados referentes à aplicação de capital por sectores), o capital investido repartiu-se pelos seguintes sectores:

Sectores e ramos de actividade	Valores médios no decénio — Percentagens	Participação relativa — Percentagens	
		1953	1962
Sector I	*29*	*22,6*	*5,6*
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	29	22,6	5,6
Sector II	*2,8*	*4,1*	*2,6*
Indústrias manufactureiras	0,9	1,3	1,5
Construção	1,9	2,8	1,1
Electricidade, gás e água	–	–	–
Sector III	*9,8*	*14,3*	*7,7*
Transportes e comunicações	1,6	2,9	0,4
Comércio por grosso e a retalho	2,6	3	1,9
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliários	–	–	–
Propriedade de casas de habitação	5,6	8,4	5,4
Sector IV	*58,4*	*59*	*84,1*
Administração pública . .	58,4	59	84,1
Serviços	–	–	–
Total	**100**	**100**	**100**

Os factos mais notáveis consistem na extraordinária quebra na formação do capital no sector agrícola e na compensação obtida por meio do investimento público, os quais contribuíram, no último ano, com cerca de seis sétimos dos investimentos globais.

4. Relações económicas com o exterior

25. A evolução do comércio especial ao longo do período de 1961–1965 pode examinar-se nos dois quadros seguintes, relativos às importações e às exportações por territórios estatísticos.

Importações

	Contos					
	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Total	141 478	129 875	126 385	144 056	145 143	158 917
Metrópole	61 986	60 430	69 624	72 802	70 218	77 983
Ultramar	36 513	32 188	29 634	30 636	31 448	40 845
Estrangeiro	36 496	34 408	31 976	34 738	37 518	40 089
Origens ignoradas	6 483	2 849	5 151	5 880	5 959	—

Exportações

Anos	Contos						
	Total	Metrópole		Ultramar		Estrangeiro	
		Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
1961	160 571	49 659	30,9	3 261	2	107 651	67,1
1962	152 075	55 922	36,8	1 299	0,8	94 854	62,4
1963	158 761	59 888	37,7	1 171	0,7	97 702	61,6
1964	162 130	70 926	43,7	1 059	0,7	90 145	55,6
1965	146 143	80 377	55	1 922	1,3	63 844	43,7
1966	176 581	72 554	41,1	3 198	1,8	100 799	57,1

26. Para as mercadorias exportadas, os números são os seguintes:

Exportações

Designação	1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
Totais	**21 991**	**160 571**	**22 880**	**152 075**	**19 794**	**158 761**	**20 238**	**162 130**	**22 299**	**146 143**	**21 528**	**176 580**
Cacau	10 347	116 621	10 019	105 613	9 238	115 665	8 662	111 007	8 854	83 261	10 119	125 081
Copra	5 664	18 073	6 534	22 013	5 102	19 390	5 753	28 643	6 273	35 575	5 377	26 479
Coconote	4 248	10 732	4 262	10 748	3 588	10 981	3 508	13 573	3 540	14 677	3 534	13 107
Café	239	6 428	263	6 852	202	4 788	134	4 141	168	5 623	121	4 229
Oleo de palma . . .	1 090	5 170	1 096	5 433	974	4 715	624	3 165	871	4 407	680	3 542
Canela	45	283	6	53	13	124	9	80	4	38	15	152
Quina	39	126	12	59	19	115	4	22	25	209	52	554
Diversas	319	3 138	688	1 304	658	2 983	1 544	1 499	2 564	2 353	1 630	3 436

As principais mercadorias importadas foram as seguintes:

Importações

Designação	1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
Totais	**27 368**	**141 478**	**26 502**	**129 875**	**25 224**	**136 385**	**23 757**	**144 056**	**24 243**	**145 143**	**26 952**	**158 917**
Fios e tecidos em obras	409	18 072	332	16 107	497	20 450	566	21 048	294	18 313	91	7 631
Vinhos e cerveja	2 257	12 147	2 243	12 521	2 416	12 764	3 070	15 014	2 681	14 085	2 976	15 943
Máquinas, aparelhos e material eléctrico	237	11 281	166	9 962	93	6 904	152	8 140	177	10 558	110	5 196
Metais e suas obras	938	9 704	677	7 075	1 333	8 851	595	7 076	776	10 727	107	391
Arroz	1 704	6 195	1 423	5 525	1 393	6 015	1 099	5 249	1 473	7 018	1 351	6 912
Peixe seco	1 095	6 135	902	4 813	658	3 588	640	3 387	536	3 313	382	2 641
Farinha de trigo	1 424	4 552	846	3 427	1 216	5 025	1 532	6 252	1 603	6 630	1 617	6 650
Tabaco manipulado	108	4 590	85	3 868	109	3 897	82	4 006	75	3 742	86	3 898
Milho em grão	2 377	3 764	2 054	2 947	1 350	2 318	1 649	3 078	1 830	3 330	1 881	3 682
Cimentos	4 463	3 219	6 032	3 970	4 357	2 840	3 483	2 475	4 190	2 755	5 050	3 656
Medicamentos	33	3 030	25	2 871	40	2 037	28	3 075	20	3 232	16	1 875
Feijão	1 236	3 028	992	2 406	1 418	2 732	654	2 461	854	2 920	768	2 857
Açúcar	752	2 592	980	3 493	756	2 727	925	3 680	753	3 329	830	3 631
Gasolina	1 270	2 244	1 318	2 362	1 041	1 850	1 188	2 239	1 308	2 312	1 442	3 281
Gasóleo	1 699	2 341	1 306	1 888	1 223	1 878	1 295	1 924	1 391	2 155	2 300	(a)5 185
Diversas	7 366	48 584	7 121	46 640	7 324	52 509	6 799	53 862	6 282	50 724	7 945	85 488

(a) Inclui *fuel-oil*.

27. O comércio externo é a razão de ser da economia de S. Tomé e Príncipe, exclusivamente orientada para o exterior.

Como se viu, a província exporta matérias-primas e importa bens de consumo final.

É o seguinte o quadro do seu movimento geral no período de 1953–1965:

Anos	Milhares de contos			
	Exportação	Índice (1953 = 100)	Importação	Índice (1953 = 100)
1953	246,5	100	117,5	100
1954	248,3	101	125,3	107
1955	161,7	66	125,2	107
1956	173	70	132,5	113
1957	209,5	85	130,4	111
1958	231,4	94	128,1	109
1959	186,6	76	159,1	135
1960	211,8	86	135,5	115
1961	160,6	65	141,5	120
1962	152,1	62	129,9	111
1963	158,8	64	136,4	116
1964	162,1	66	144,1	123
1965	146,1	59	145,1	123
1966	176,6	72	158,9	135

A tendência geral revela incremento nas importações, essencialmente de bens de consumo corrente, e recessão do movimento exportador.

Os preços médios por quilograma/F. O. B. dos principais produtos de exportação da província no mesmo período são prova evidente da instabilidade e deterioração no mercado exportador.

Anos	Cacau	Copra	Coconote	Óleo de palma	Café	Total — Exportação
1953	15$91	4$26	3$21	4$19	26$44	9$56
1954	26$66	4$14	2$93	4$17	36$73	13$41
1955	19$71	4$02	2$84	4$41	34$97	9$29
1956	13$76	3$80	2$84	5$30	32$70	8$48
1957	15$20	4$08	2$60	5$35	34$09	8$76
1958	22$72	4$16	2$80	5$25	33$50	11$68
1959	19$36	5$10	3$15	5$09	34$29	10$81
1960	15$38	4$91	3$31	5$58	35$70	10$02
1961	11$27	3$19	2$53	4$74	26$90	7$30
1962	10$54	3$37	2$52	4$96	26$05	6$65
1963	12$52	3$80	3$06	4$84	23$70	8$02
1964	12$82	4$98	3$87	5$07	30$90	8$01
1965	9$40	5$67	4$15	5$06	33$47	6$55
1966	12$36	4$92	3$71	5$21	34$95	8$20

Este quadro sintetiza afinal toda a crise que nos últimos tempos tem afligido a economia são-tomense: o problema da instabilidade das cotações, muito em especial as do cacau, que atingiram em 1965 o valor mais baixo do período.

A notável recuperação do cacau influenciou a sensível melhoria do preço médio em 1966.

28. No que à importação diz respeito, e embora se verifique maior concentração geográfica, a concentração por produtos é muito menor.

Grande parte dos produtos importados destinam-se ao consumo alimentar.

Se se adicionarem a estes os outros bens de consumo importados e constituídos por material electrodoméstico, vestuário e calçado, combustíveis, automóveis e outros veículos e medicamentos, obter-se-á para o conjunto um valor correspondente a cerca de 90 por cento do total das importações da província.

Deste modo, pode dizer-se que sòmente uma pequena percentagem da importação absorve a compra de bens de equipamento, com destino sobretudo à agricultura e, eventualmente, à indústria, que, com outra pequena parcela de bens intermediários, preenche os 10 por cento restantes.

29. Uma análise da lista de produtos que integram o comércio especial da província mostra uma acentuada concentração na exportação, onde domina o cacau, com média de 71,7 por cento das vendas totais, seguido a grande distância pela copra, com 12,5 por cento, o coconote, com 8,6 por cento, o café e o óleo de palma, com 3,6 por cento cada um.

Nos mercados consumidores dos produtos da província também se assinala acentuada concentração geográfica.

30. No que se refere à balança de pagamentos da província, os movimentos das divisas do Fundo Cambial ao longo do período de 1953–1965 constam do quadro seguinte.

Anos	Cambiais entrados							Cambiais saídos							
	Total	Do comércio (mercadorias)	Do Estado	Diversos	Transferências privadas	Turismo	Operações de capitais	Total	Ao comércio (mercadorias)	Ao Estado	Diversos	Turismo	Rendimento de capitais	Transportes	Operações de capitais
1953	133 039	123 214	177	9 648	–	–	–	111 372	76 749	12 349	22 274	–	–	–	–
1954	158 823	147 978	–	10 845	–	–	–	118 753	86 204	8 799	23 750	–	–	–	–
1955	108 218	96 547	22	11 649	–	–	–	92 803	63 336	3 907	25 560	–	–	–	–
1956	215 331	101 976	–	113 355	–	–	–	202 483	158 048	3 939	40 496	–	–	–	–
1957	127 667	118 417	–	9 250	–	–	–	132 362	103 493	2 397	26 472	–	–	–	–
1958	210 883	160 367	–	50 516	–	–	–	199 615	158 056	1 636	39 923	–	–	–	–
1959	172 068	162 916	–	9 152	–	–	–	194 459	143 186	12 382	38 891	–	–	–	–
1960	153 073	136 885	–	16 188	–	–	–	163 197	109 600	20 958	32 639	–	–	–	–
1961	134 189	125 738	–	8 451	–	–	–	198 607	114 258	44 628	39 721	–	–	–	–
1962	123 324	121 641	20	1 663	–	–	–	150 402	112 965	1 037	36 400	–	–	–	–
1963	187 434	155 778	–	31 656	–	–	–	191 778	136 391	–	55 387	–	–	–	–
1964	216 130	176 414	37 558	1 579	393	104	82	197 846	135 840	2 477	35 267	6 691	6 343	7 619	3 609
1965	228 634	136 972	32 892	6 669	595	164	51 342	192 908	136 895	1 624	26 805	9 066	9 683	6 309	2 526

As entradas e saídas de cambiais referem-se em grande medida a movimentos de escudos metropolitanos, isto é, compreendem empréstimos recebidos da metrópole (entradas) e amortizações e respectivos encargos (saídas).

Quanto à balança comercial, verifica-se tendência decrescente do seu movimento.

Em contrapartida, parece consolidar-se o movimento positivo da balança de pagamentos.

5. Perspectivas de crescimento económico

31. No panorama económico da província de S. Tomé e Príncipe destaca-se, como fundamental, o sector agrícola. Não parece poder dar-se grande relevo aos restantes sectores, ressalvados os casos da indústria extractiva, se as pesquisas de petróleo forem profícuas, e, em menor escala, da pesca, se se atingir a fase da pesca industrial.

32. A análise genérica das características essenciais da agricultura são-tomense leva a indicar como sentidos mais prometedores: uma diversificação de culturas, acompanhada de melhoramento cultural e intensificação das existentes; o encaminhamento da mão-de-obra local para a completa cobertura do sector, dispensando, tanto quanto possível, a mão-de-obra exterior, e a ocupação efectiva da terra, por meio da exploração de tipo empresarial.

33. As estruturas económicas da província e as suas características deverão acompanhar a evolução das necessidades do seu progresso e desenvolvimento. São elas que permitem a vida da província e, não se dispondo de outras que as possam substituir a curto prazo, haverá que prever uma modificação gradual e lenta.

A falta de espírito empresarial constitui factor grandemente limitativo do desenvolvimento económico da província. Existem, de facto, empreendimentos potenciais altamente tentadores que só a falta de empresários justifica não se terem já efectivado. Uma acção de propaganda da província e das possibilidades que a mesma oferece mostra-se, pois, muito necessária.

34. Tem-se em conta também o significado económico de toda a acção a desenvolver no campo da promoção social, através da educação, da melhoria das condições de vida, da assistência sanitária e da subida e enriquecimento do nível alimentar das populações, acção cujo impulso essencial se encontra, porém, no propósito de valorização humana que constitui constante da presença portuguesa no Mundo.

Como apoio a todo este complexo de acções, haverá que prosseguir e ampliar a obra realizada em matéria de infra-estruturas, com vista a criar condições para a utilização de recursos que se considera conveniente explorar. Daqui resulta a estreita articulação entre os empreendimentos infra-estruturais a realizar pelo sector público e o respectivo índice de aproveitamento directo ou indirecto por parte do sector privado.

CAPITULO II

Objectivos

35. De forma genérica, pretende-se conseguir a aceleração do ritmo de acréscimo do produto interno mediante o aproveitamento cada vez mais racional dos recursos humanos e materiais. As variáveis estratégicas do desenvolvimento económico de S. Tomé e Príncipe residem na valorização progressiva das duas principais componentes da sua estrutura: a terra e o trabalho. O capital desempenha função de variável aleatória na medida em que o esforço a realizar deve dirigir-se sobretudo no sentido de promover maior reprodutividade marginal do capital já investido e, por outro lado, também em aumentar o investimento efectivo, a fim de compensar a quebra verificada em outros sectores.

36. Reveste-se de particular interesse a comparticipação activa da população natural no acréscimo do produto e na repartição do rendimento interno, como corolário lógico da evolução da política de promoção social de toda a comunidade portuguesa.

São sintomas francamente positivos de que se está no bom caminho a mais vasta contribuição da população local para o conjunto da população activa e, sobretudo, o afluxo crescente ao mercado de mão-de-obra, que se tem feito sentir durante o último lustro, por parte daquela população, articulando-se, de forma favorável, com o decréscimo de mão-de-obra importada.

37. Dentro dos ojectivos gerais a prosseguir, esta problemática enquadra-se perfeitamente no esquema geral dedicado à definição de metas de ordem económico-social e que se podem sintetizar em três tópicos fundamentais:

1.º Promoção cultural e social das populações, nomeadamente através da generalização da educa-

ção de base, do ensino elementar agrícola, da extensão do ensino secundário (liceal e técnico), da preparação dos quadros da Administração e do recurso a técnicas de desenvolvimento comunitário;

2.º Incremento e mais equitativa distribuição dos rendimentos, assim como melhoria das condições de vida da população, mediante esforços a realizar no domínio da saúde, assistência, nutrição, ordenamento agrícola, etc., e, indirectamente, pela construção de infra-estruturas que melhor dimensionem o desenvolvimento económico e social que se pretende;

3.º Melhoria das condições de prestação do trabalho e extensão e aperfeiçoamento dos mecanismos de assistência e previdência, sem descurar, contudo, os problemas inerentes à estrutura social, como, por exemplo, os relativos à forma como se constitui a família e à perfilhação e ainda ao melhor ordenamento social das condições de habitação.

CAPITULO III

Financiamento do programa provincial de investimentos

1. Administração Central

38. Em relação ao sector público, admite-se como fonte de financiamento capaz de oferecer a cobertura necessária aos empreendimentos do programa imperativo a Administração Central. Com efeito, o Governo provincial, defrontando dificuldades para manter o equilíbrio orçamental, precisa de continuar a recorrer ao Governo Central para o financiamento dos investimentos públicos, recurso este que, não obstante as condições favoráveis em que se faz, não deixa de pesar sobre as receitas ordinárias.

2. Administração provincial

39. A evolução da receita no período de 1953–1965 foi a que se indica no mapa da página seguinte.

Designação orçamental	1953	1954	1955	1956
Receita ordinária	*58 153*	*61 867*	*54 042*	*53 591*
Impostos directos gerais	10 099	12 290	13 416	13 957
Impostos indirectos	18 988	15 706	15 046	17 388
Indústrias em regime tributário	572	646	594	611
Taxas — Rendimento de diversos serviços	13 436	13 895	10 777	7 399
Domínio privado, empresas e indústrias do Estado	3 430	3 342	3 780	3 402
Rendimento de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias	–	–	65	50
Reembolsos e reposições	377	697	609	713
Consignação de receitas	11 251	13 535	9 509	9 148
Saldos de exercícios anteriores utilizados na abertura de crédito	–	2 756	246	923
Receita extraordinária	*12 661*	*38 410*	*67 622*	*74 061*
Total geral	70 814	100 277	121 664	127 652

Nota. — A preços correntes.

40. O quadro das despesas públicas apresenta-se com o seguinte aspecto:

Designação orçamental	1953	1954	1955	1956
Despesa ordinária	*39 453*	*41 540*	*40 796*	*42 296*
Dívida da província	32	73	572	1 215
Governo da província e representação nacional	455	492	526	706
Aposentações, jubilações, pensões e reformas	1 336	1 283	1 227	1 186
Administração geral e fiscalização	9 251	10 131	10 265	10 690
Serviços de Fazenda e aduaneiros	2 375	2 542	2 447	3 120
Serviços de justiça	346	395	501	584
Serviços de fomento	4 515	4 149	4 450	5 985
Serviços militares	1 635	2 973	3 115	3 041
Serviços de marinha	621	763	654	708
Encargos gerais	18 833	18 309	16 478	14 928
Exercícios findos	54	430	561	133
Despesa extraordinária	*14 283*	*675*	*747*	*5 773*
Plano de Fomento	5 176	46	32	–
Outras despesas extraordinárias	7 304	629	–	–
Serviços militares	–	–	224	3 636
Despesas com a alteração da ordem pública	1 803	–	–	–
Outras despesas diversas	–	–	491	2 137
Total	53 736	42 215	41 543	48 069

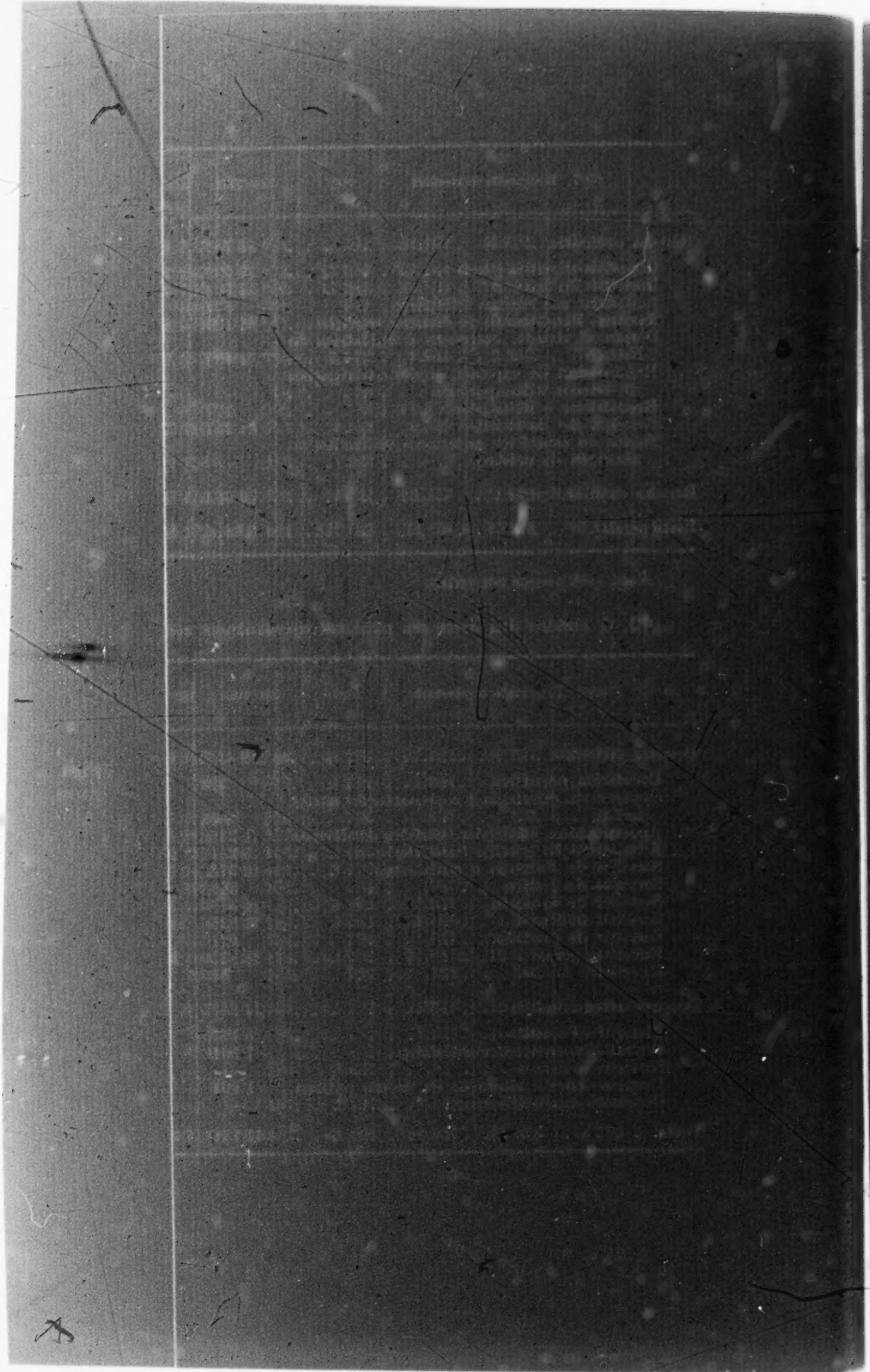
	1953	1954	1955	1956	
. . . .	*58 153*	*61 867*	*54 042*	*53 591*	*51*
. . . .	10 099	12 290	13 416	13 957	12
. . . .	18 988	15 706	15 046	17 388	16
. . . .	572	646	594	611	
iços . .	13 436	13 895	10 777	7 399	8
rias do					
. . . .	3 430	3 342	3 780	3 402	2
igações					
. . . .	–	–	65	50	
. . . .	377	697	609	713	1
. . . .	11 251	12 535	9 509	9 148	9
dos na					
. . . .	–	2 756	246	923	
. . .	*12 661*	*38 410*	*67 622*	*74 061*	*25*
. . .	70 814	100 277	121 664	127 652	76

cas apresenta-se com o seguinte aspecto:

	1953	1954	1955	1956	1
. . .	*39 453*	*41 540*	*40 796*	*42 296*	*41*
. . .	32	73	572	1 215	1
nacio-					
. . .	455	492	526	706	
formas	1 336	1 283	1 227	1 186	1
. . .	9 251	10 131	10 265	10 690	12
. . .	2 375	2 542	2 447	3 120	3
. . .	346	395	501	584	
. . .	4 515	4 149	4 450	5 985	5
. . .	1 635	2 973	3 115	3 041	2
. . .	621	763	654	708	
. . .	18 833	18 309	16 478	14 928	11
. . .	54	430	561	133	
. . .	*14 283*	*675*	*747*	*5 773*	*25*
. . .	5 176	46	32	–	16
. . .	7 304	629	–	–	5
. . .	–	–	224	3 636	
ública	1 803	–	–	–	
. . .	–	–	491	2 137	3
. . .	53 736	42 215	41 543	48 069	66

57	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
160	*54 676*	*57 191*	*59 436*	*59 305*	*65 936*	*66 986*	*71 953*	*73 732*
148	13 499	15 022	16 506	15 619	16 857	18 433	18 798	18 564
395	16 112	17 863	16 757	17 525	16 063	16 201	17 237	19 442
328	700	765	851	815	6 111	5 890	6 446	6 136
950	9 138	14 788	16 982	17 425	17 121	16 342	15 402	14 170
951	3 252	3 124	3 088	3 066	4 418	2 911	3 807	3 687
50	50	50	–	50	50	50	50	783
100	1 430	1 256	1 325	1 362	1 709	1 916	3 889	5 155
538	10 495	4 323	3 927	3 443	3 607	5 243	6 324	5 795
	–	–	–	–	–	–	–	–
774	*28 902*	*25 950*	*35 245*	*57 850*	*45 725*	*37 562*	*39 367*	*39 048*
534	83 578	83 141	94 681	117 155	111 661	104 548	111 320	112 780

7	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
82	*46 701*	*48 807*	*51 414*	*53 158*	*58 189*	*61 729*	*64 156*	*82 459*
44	2 094	6 267	6 269	6 116	7 182	7 834	8 881	23 351
03	773	821	875	868	899	935	1 030	1 178
01	1 844	1 907	2 050	2 186	2 274	2 296	2 227	2 396
45	12 297	12 419	14 936	16 825	18 462	19 017	20 258	20 623
61	3 925	3 876	3 927	4 216	4 734	5 187	5 091	5 242
40	823	860	891	1 173	1 680	1 906	1 672	1 782
71	6 204	7 753	7 403	7 328	7 905	7 769	8 391	10 607
08	4 292	5 096	4 898	4 271	4 011	5 488	5 055	5 027
51	861	939	1 024	1 159	1 220	1 150	1 075	1 088
31	13 073	8 729	8 821	8 918	9 678	10 046	9 695	11 013
27	515	140	320	98	144	101	781	152
75	*28 902*	*25 950*	*35 245*	*57 850*	*45 725*	*37 562*	*39 366*	*39 048*
05	16 758	19 063	32 316	51 790	40 388	34 513	34 928	33 640
38	6 890	6 587	2 206	1 003	1 697	1 193	1 651	5 408
	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
32	5 254	300	723	5 057	3 640	1 856	2 787	–
57	75 603	74 757	86 659	111 008	103 914	99 291	103 522	121 507



41. No tocante às receitas, construindo um quadro elucidativo da divisão percentual das receitas em ordinárias e extraordinárias, ter-se-á:

Ano	Percentagens	
	Receita ordinária	Receita extraordinária
1953	82,1	17,9
1954	61,7	38,3
1955	44,4	55,6
1956	42	58
1957	66,8	33,2
1958	65,4	34,6
1959	68,8	31,2
1960	62,8	37,2
1961	50,6	49,4
1962	59,1	40,9
1963	64,1	35,9
1964	64,6	35,4
1965	69,1	30,9

A receita ordinária sobreleva quase sempre a receita extraordinária, com excepção apenas dos anos de 1955 e 1956, em que houve necessidade de cobrir despesas relacionadas com o aumento dos encargos resultantes da reorganização dos serviços militares e outras despesas.

42. A evolução das componentes das principais receitas ordinárias nos anos de 1953 e 1964 pode ver-se no quadro da página seguinte.

Designação	1963		1964		Índice base: 1963 = 100	Taxa de crescimento — Percentagens
	Contos	Percentagens	Contos	Percentagens		
Total	**58 153**	**100**	**71 953**	**100**	**124**	**2**
Impostos directos	*10 099*	*17,4*	*18 798*	*26,1*	*186*	*5,8*
Contribuição industrial	2 101	3,6	7 573	10,5	360	15
Contribuição predial	5 918	10,2	9 116	12,7	154	4,2
Imposto sobre as sucessões e doações	174	0,3	298	0,4	171	5
Imposto de sisa	54	0,1	114	0,2	211	7
Imposto especial	1 177	2	1 628	2,2	138	3
Outros	675	1,2	69	0,1	10	— 23
Impostos indirectos	*18 988*	*32,7*	*17 237*	*24*	*91*	*— 0,9*
Direitos de importação	6 298	10,8	9 333	13	148	3,6
Direitos de exportação	11 441	19,7	5 150	7,2	45	— 7,5
Imposto do selo	748	1,3	2 413	3,3	323	11,9
Outros	501	0,9	341	0,4	68	3,5
Indústrias em regime tributário especial	*572*	*1*	*6 446*	*9*	*1 127*	*24,6*
Taxas	*13 436*	*23,1*	*15 402*	*21,4*	*115*	*1,2*
Emolumentos aduaneiros	3 689	6,3	2 934	4,1	80	— 2,1
Receitas eventuais e não especificadas	629	1,1	7 601	10,6	1 208	21,9
Taxas de tráfego aduaneiro	4 686	8,1	1 163	1,6	25	— 4,5
Outras	4 432	7,6	3 704	5,1	84	— 4
Domínio privado do Estado	*3 430*	*5,9*	*3 807*	*5,3*	*111*	*1*

Consignações de receita	11 251	19,3	6 324	8,8	56	—	5,4
Imposto de defesa	1 157	2	1 607	2,2	139		3
Serviços alfandegários (emolumentos)	696	1,2	1 117	1,6	160		4,1
Outras	398	16,1	3 600	5	905		22,1
Outros impostos	377	0,6	3 939	5,4	1 045		23,7

Verifica-se que reside na recolha das receitas originadas nos impostos alfandegários a principal fonte dos réditos do Estado, quer se trate da prática da aplicação de direitos aduaneiros (impostos indirectos: 30,5 por cento em 1953 e 20,2 por cento em 1964), quer de taxas e emolumentos ligados ao mesmo ramo (15,6 por cento em 1953 e 1,7 por cento em 1964).

O maior incremento nas receitas ordinárias da província incidiu na contribuição industrial, cujo crescimento se cifra em 15 por cento ao ano, no imposto do selo (11,9 por cento), nas receitas eventuais (21,9 por cento), nos emolumentos alfandegários (4,1 por cento) e no imposto de defesa (3 por cento).

No capítulo «Indústrias em regime tributário especial» sobressai o imposto de consumo, responsável em 1964 por 92 por cento das receitas respectivas.

43. Por outro lado, uma análise da distribuição percentual das despesas ordinárias e extraordinárias apresenta o seguinte aspecto.

Anos	Despesa ordinária — Percentagens	Despesa extraordinária — Percentagens
1953	73,4	26,6
1954	98,4	1,6
1955	98,2	1,8
1956	88	12
1957	62	38
1958	61,8	38,2
1959	65,3	34,7
1960	59,3	40,7
1961	47,9	52,1
1962	56	44
1963	62,2	37,8
1964	62	38
1965	67,9	32,1
1966	61,3	38,7

A linha de tendência reside na larga superação das despesas ordinárias em relação às extraordinárias.

44. A composição das principais despesas ordinárias em 1953 e 1954 era a seguinte.

Designação	1963		1964		Índice base: 1953 = 100	Taxa de crescimento — Percentagens
	Contos	Percentagens	Contos	Percentagens		
Total	**39 453**	**100**	**64 156**	**100**	**163**	**4,3**
Dívida da província	32	0,1	8 881	13,8	27 753	53,5
Governo da província e representação nacional	455	1,2	1 030	1,6	226	7,7
Aposentações, jubilações e reformas	1 336	3,4	2 227	3,5	167	4,8
Administração geral e fiscalização	9 251	23,4	20 258	31,6	219	7,4
Serviços de Fazenda	2 375	6	5 091	7,9	214	7,2
Serviços de justiça	346	0,9	1 672	2,6	483	15,4
Serviços de fomento	4 515	11,4	8 391	13,1	186	5,8
Defesa nacional — Forças armadas	1 635	4,1	5 055	7,9	309	10,8
Serviços de marinha	621	1,6	1 075	1,7	173	5,1
Encargos gerais	18 833	47,8	9 695	15,1	51	— 6,2
Exercícios findos	54	0,1	781	1,2	1 446	27,5

45. Merece referir o notável incremento dos encargos com a dívida pública da província, principal responsável pela taxa de crescimento anual das despesas de 4,3 por cento (superior ao dobro da das receitas=2 por cento).

Este facto está causando sérias preocupações à província, porquanto a dívida pública, que em 1964 absorvia 13,8 por cento das despesas ordinárias totais, a que correspondia o elevadíssimo índice de 27 752, atingiu 28,3 por cento do total das mesmas no ano seguinte, prevendo-se que este desgaste no erário se processe a idêntico ritmo para além do sexénio correspondente ao III Plano de Fomento, sem entrar em linha de conta com os empréstimos que será necessário contrair para a execução deste Plano.

Quanto às restantes despesas ordinárias, com uma só excepção, e esta sem consistência, dada a sua natureza flutuante, acusaram crescimento, sempre de teor elevado, ou seja desde 5,1 por cento até 27,5 por cento, não contando com a impressionante taxa de crescimento da dívida, expressa por 53,5 por cento.

Reside, portanto, e quase exclusivamente, na dívida pública o esforço, de duração imprevisível, que a província está fazendo para alçar as receitas a nível que lhe permita satisfazer os encargos com as despesas, nomeadamente com a mesma dívida.

O Decreto-Lei n.º 47 825 concedeu, dada a situação financeira da província, maiores facilidades à satisfação dos encargos da dívida contraída, no âmbito do II Plano de Fomento, na convicção de que os investimentos a realizar nos próximos anos contribuam decisivamente para a melhoria do condicionalismo existente.

46. Daí poder concluir-se que a província não disporá normalmente de recursos financeiros próprios para a cobertura dos investimentos públicos exigidos pelo seu desenvolvimento, pelo que esta fonte de financiamento terá de ser registada por memória.

3. Instituições de crédito

47. O quadro institucional da província, no que respeita aos mercados do dinheiro, apresenta-se assim:

a) Banco Nacional Ultramarino;
b) Caixa de Previdência dos Funcionários Públicos de S. Tomé e Príncipe;
c) Caixa Económica Postal;
d) Fundo de Fomento de Pequenas Empresas Agrícolas e Industriais;
e) Caixa de Crédito.

a) Banco Nacional Ultramarino

48. Além de ser o banco emissor, cumpre-lhe regular a distribuição do crédito, que reveste quase sempre a forma de crédito comercial e também agrícola, através de empréstimos em conta corrente, praticando igualmente o desconto de letras, cheques e livranças. A evolução do crédito concedido, com ligeira retracção no ano de maior crise de cotações (1965), acompanhado do maior coeficiente de letras protestadas (embora modesto), reflecte com fidelidade a tendência regressiva verificada no âmbito das actividades económicas privadas.

b) Caixa de Previdência dos Funcionários Públicos de S. Tomé e Príncipe

49. Esta instituição de crédito tem por finalidades: conceder pensões vitalícias e temporárias a sócios; subsídios diversos; empréstimos a sócios e particulares, ao Estado e aos corpos administrativos.

c) Caixa Económica Postal

50. Concede empréstimos a funcionários, garantidos por fianças ou caucionados por letras. Entrou em funcionamento em 1963 e o seu movimento, embora modesto, tem sido ascensional.

d) Fundo de Fomento de Pequenas Empresas Agrícolas e Industriais

51. Esta instituição, criada em 1964, visa a concessão de pequenos empréstimos, à taxa anual de 2 por cento, até ao montante de 12 000$ e destinados à agricultura, pesca e outras actividades, excluindo o empréstimo comercial.

e) Caixa de Crédito

52. A Caixa de Crédito de S. Tomé e Príncipe, criada em 1965, tem por objectivo a concessão de crédito agrícola, pecuário, industrial e imobiliário.

As operações de crédito referidas são feitas no regime de longo, médio e curto prazo.

Prevê-se que os financiamentos através da Caixa de Crédito atinjam, durante o III Plano de Fomento, um valor médio anual próximo dos 10 000 contos.

53. Parece não poderem oferecer grandes perspectivas para o financiamento do III Plano as instituições de crédito provinciais.

Há, no entanto, que referenciar a actividade da Caixa de Crédito da província, que, não obstante operar ainda em nível modesto em relação às necessidades globais, tem desempenhado valioso contributo que fundamenta as esperanças depositadas na sua acção futura.

4. Particulares e empresas

54. Não se prevê o recurso a operações de crédito público, que a situação financeira da província não torna, aliás, aconselhável.

55. Quanto ao autofinanciamento, verificado que uma grande parcela da formação de capital no sector privado foi financiada sob esta forma, será de esperar que a mesma fonte continue activa, nomeadamente no que diz respeito a diversificação e intensificação de culturas, à ampliação, renovação e instalação de novas indústrias e aos circuitos de distribuição.

56. Dado o condicionalismo exposto (reduzido volume de depósitos à ordem na filial do Banco Nacional Ultramarino, ausência de um banco exclusivamente comercial, modéstia de movimento das caixas económicas e de crédito e respectiva política de crédito inadequada ao fomento económico, etc.), as perspectivas oferecidas pela mobilização de poupança privada são pouco optimistas.

57. Seguidamente, apresenta-se o esquema do financiamento para o III Plano de Fomento:

Designação	S. Tomé e Príncipe	
	Valores	Percentagens
Total	**637,5**	**100**
Fontes nacionais	*637,5*	*100*
Estado	370,8	58,2
Administração Central	370,8	58,2
Administração provincial	p. m.	p. m.
Institutos de crédito e empresas seguradoras	55	8,6
Particulares e empresas	211,7	33,2
Autofinanciamento	211,7	33,2

CAPITULO IV

Descrição dos programas de investimentos

I) Agricultura, silvicultura e pecuária

1. Evolução recente e problemas actuais

58. Sendo a actividade económica predominante, a agricultura são-tomense caracteriza-se por dois aspectos diferentes:

a) A agricultura empresarial, orientada para o comércio externo, ocupa cerca de 90 por cento da terra destinada à agricultura e contribui com produções que atingem cerca de 95 por cento do total exportado pela província;

b) A agricultura autóctone, quase toda de subsistência ou de comercialização local, é realizada em pequenos ou médios tractos, de dimensões quase sempre antieconómicas.

59. Os principais produtos agrícolas e os seus quantitativos em toneladas, de 1953 a 1965, constam do mapa seguinte:

Anos	Cacau	Café	Coconote	Copra	Óleo de palma	Quina	Canela	Banana (a)
1953	8 536	366	5 141	4 670	3 237	×	×	×
1954	7 174	324	3 577	4 623	2 332	×	×	×
1955	7 453	434	3 212	4 269	2 165	9	11	5 470
1956	7 530	352	3 748	4 209	2 553	27	2	6 885
1957	9 094	401	3 226	3 985	2 280	39	6	6 664
1958	7 370	260	2 974	4 830	2 052	5	20	5 499
1959	7 564	326	2 719	4 905	1 996	28	13	4 595
1960	9 234	325	2 991	5 154	2 229	39	16	5 040
1961	9 119	258	2 763	5 696	2 000	11	19	4 337
1962	9 012	297	2 508	6 307	1 856	19	11	4 337

Anos	Cacau	Café	Coco-note	Copra	Óleo de palma	Quina	Canela	Banana (a)
1963	9 542	258	2 096	5 304	1 641	–	o	3 069
1964	7 996	197	1 813	6 001	1 372	17	3	4 926
1965	10 578	214	1 989	6 314	1 733	12	o	2 880
1966	9 529	157	1 822	5 510	1 364	39	o	2 238

(a) Produção declarada pelas empresas. Na realidade, estima-se em cerca do triplo a produção, incluindo o autoconsumo.

O sector não supre completamente o consumo interno. Com efeito, a província importa grande quantidade de produtos de consumo primário e exporta matérias-primas.

60. A agricultura empresarial continua a assentar nas tradicionais culturas do cacaueiro — a cultura dominante —, cafèzeiro, coqueiro e palmeira-do-azeite, embora se registe interesse crescente pelas culturas da banana e do ananás.

Cacau

61. O problema da elevação da produção do cacau a níveis de outros tempos tem sido devidamente estudado. Procura-se eliminar os óbices de ordem interna (baixa rentabilidade por hectare e alto custo de produção, motivado por uma mão-de-obra imigrante demasiado cara e escassa), já que os de ordem externa (a flutuação das cotações e o baixo consumo metropolitano) escapam à influência dos produtores.

O consumo metropolitano de cacau apenas absorve um sexto da produção total de S. Tomé e Príncipe, Angola e Timor. Há que aumentá-lo através de uma política de reorganização da indústria de chocolates e de baixa dos custos de produção, que permitam incrementar o consumo, retirando ao chocolate a actual qualidade de produto de luxo.

Café

62. A disputar com outros cafés nacionais — de Cabo Verde e Timor — a primazia dos melhores cafés do Mundo, o café de S. Tomé, cuja óptima qualidade assegura o escoamento de toda a produção, nem por isso apresenta números de produção correspondentes à tranquilidade que tal facto deveria insuflar no produto. As produções dos últimos anos estão abaixo das da quase totalidade dos anos anteriores a 1950.

A queda das cotações e a influência do elevado custo da mão-de-obra tornam difícil a renovação das plantações, cujo alargamento não será, aliás, compatível com os compromissos internacionais.

Copra

63. Os números mostram progressivo aumento da produção.

As perspectivas para esta cultura são bastante animadoras, se se notar que a área ocupada com coqueiral é ainda pequena (cerca de 4000 ha) e, portanto, susceptível de substancial aumento, sobretudo na ilha do Príncipe, e que a produção unitária, atingindo e ultrapassando por vezes as 3 t por hectare, convida os agricultores a aproveitarem-se de uma cultura francamente remuneradora.

Coconote e óleo de palma

64. As produções mostram retrocesso na cultura da palmeira-do-azeite desde 1953, e mais acentuado a partir de 1958.

As razões da quebra de produção têm de procurar-se na eliminação das palmeiras dispersas pelas plantações de cacau, sem a sua imediata substituição por novas plantas em outras zonas.

Actualmente, a tendência é para a recuperação e para a renovação das variedades plantadas.

A província possui já excelentes instalações para extracção de óleo. Este apresenta-se de alta qualidade, com acidez inferior a 4°, e está a ser absorvido pelas fábricas de margarina da metrópole. É de esperar, portanto, um maior interesse por esta cultura e um consequente aumento da produção nos próximos anos.

Bananas

65. De comprovada rentabilidade, a bananeira é uma planta que começa a interessar já grande parte dos agricultores. Os números calculados para a produção dos últimos anos estão longe de traduzir a realidade, pois a quase totalidade da produção é utilizada livremente, quer pelos trabalhadores das empresas, quer pelos agricultores autóctones, para os quais constitui parte importante da alimentação. O autoconsumo da banana tem aqui um valor excepcionalmente difícil de estimar.

A estabilidade e a elevada cotação do produto, aliadas à sua preferência junto do consumidor, seja pelas suas qualidades nutritivas, seja pela sua maior resistência à deterioração, e ainda o predomínio, que se adivinha perdurável, da procura sobre a oferta, podem reservar a esta cultura o papel de desviar a economia da província do predomínio do cacaueiro. Há ainda a considerar a hipótese de parte da produção se destinar à transformação local em farinha, com destino ao consumo e à exportação.

Ananás

66. O problema do ananás e seu desenvolvimento com vista à exportação caracteriza-se, como o da banana, por elevados índices de produtividade e favoráveis possibilidades de aproveitamento do fruto para exportação em fresco e como matéria-prima para transformação em sumos concentrados.

Tomou o Governo a iniciativa da sua cultura intensiva em propriedade recentemente adquirida, num esforço que, a par de outros objectivos de ordem social, procura lançar no espírito dos empresários agrícolas o valor da cultura.

Florestas

67. Não está ainda feito o inventário da flora de S. Tomé e Príncipe.

No entanto, pode dizer-se que não faltam madeiras que poderiam proporcionar boas fontes de rendimento.

Põe-se, no entanto, o problema da difícil acessibilidade dos possíveis locais de produção.

Produção pecuária

68. Se bem que a província disponha já de efectivos pecuários em número significativo, é forçoso reconhecer que a maioria das espécies ali criadas, não obstante os esforços últimamente empreendidos no sentido de obter o melhoramento das raças por meio de cruzamentos, selecção e importação de reprodutores classificados, é constituída por animais de qualidade inferior, obrigando à importação de carnes e lacticínios.

O gado arrolado em 1965 compreendia 11 645 cabeças, assim distribuídas:

Espécies:	Número de cabeças
Cavalar	306
Muar	52
Asinino	91
Bovino	3 027
Ovino	2 664
Caprino	1 191
Suíno	4 314

Ainda não está bem definida a posição da província relativamente às condições que oferece para exploração pecuária em profundidade, visando a exportação, mas não haverá dúvidas de que pode ambicionar a auto-suficiên-

cia. O abastecimento do mercado interno cabe bem na capacidade pascigosa das ilhas, sem prejuízo da agricultura. É para este fim que se deverá caminhar. A sua importância avalia-se melhor quando se pensa no considerável volume de divisas que se despendem anualmente na importação de produtos pecuários.

2. Objectivos

1. Agricultura

69. Procurar-se-á assegurar o integral aproveitamento dos recursos locais e a sua mais equitativa distribuição através de:

a) Encaminhamento da mão-de-obra local para a completa cobertura do sector, embora admitindo determinado quantitativo de trabalhadores estranhos;
b) Ocupação efectiva da terra, por meio de explorações de tipo familiar, quando seja economicamente rentável;
c) Melhoramento cultural, intensificação e diversificação das produções;
d) Organização de crédito agrícola nas condições mais favoráveis à efectivação dos objectivos visados.
e) Reforma tributária baseada essencialmente na potencialidade produtiva.

2. Pecuária

70. A conveniente assistência veterinária é um dos meios para o melhoramento dos efectivos pecuários da província, constituindo objectivo a alcançar.

3. Investimentos

71. Estabelece-se o seguinte programa de actuação:

1. Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris

a) Melhoramento cultural, cabendo à actividade privada papel relevante na fase de arranque, com o apoio dos serviços oficiais e diversificação conveniente das culturas;
b) Aumento dos recursos, em meios e pessoal, da Brigada de Fomento Agro-Pecuário, tendo em

vista o processo de reestruturação do sector e as necessidades genéricas de assistência técnica;

c) Prosseguimento dos trabalhos da Brigada de Estudos de Defesa Fitossanitária de Produtos Ultramarinos.

2. Esquemas de regadio e povoamento

Instalação de cerca de 250 a 300 famílias em empresas de tipo familiar, ocupando áreas unitárias de três a quatro hectares, ao custo de 125 a 150 contos por família.

Ainda não estão apurados os resultados do esquema-piloto estabelecido em propriedade adquirida para o efeito, onde se procede, na medida do possível, à diversificação por culturas.

As conclusões que se puderam extrair são animadoras, embora seja prematuro efectuar cálculos sobre a rentabilidade do emprendimento.

3. Crédito agrícola

Alargamento de crédito agrícola, a conceder por forma que se contribua para dar impulso necessário à realização dos objectivos visados no sector, especialmente através da Caixa de Crédito.

Agricultura, silvicultura e pecuária

Programas de investimentos

Empreendimentos	Contos
Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	*94 975*
Melhoramento cultural e diversificação de culturas	42 000
Encargos com a Brigada de Fomento Agro-Pecuário	27 000
Encargos com a Brigada de Estudos de Defesa Fitossanitária de Produtos Ultramarinos	2 975
Esquemas de regadio e povoamento	*36 900*
Instalação de 250 a 300 famílias em empresas de tipo familiar	36 900
Crédito agrícola	*55 000*
Total	**186 875**

II) Pesca

1. Evolução recente e problemas actuais

72. A actividade piscatória processa-se num ritmo irregular e modesto, embora ùltimamente se esteja a desenhar um incremento no sector, em especial no que diz respeito à forma de aquisição dos meios de captura. A população afecta às actividades fornece ainda pequeno contingente de pescadores (596) e produz um quantitativo global que está muito longe de satisfazer as necessidades de consumo interno.

73. Os elementos estatísticos para o período de 1960 a 1966 são os seguintes:

Anos	Embarcações existentes			Pessoal	Pesca desembarcada — Toneladas
	Propulsão mecânica	À vela	Total		
1960	×	338	338	332	572
1961	×	1 654	1 654	370	720
1962	×	1 890	1 890	398	636
1963	1	1 896	1 896	402	518
1964	3	602	605	612	813
1965	12	566	578	596	929
1966	18	1 485	1 503	1 964	1 560

Os valores da produtividade correspondem ao tipo elementar da pesca de subsistência.

Dada a escassa produção, e em virtude da procura interna de peixe e derivados ser substancial, a província vê-se forçada a importar considerável tonelagem de derivados de pesca.

Prevê-se que esta situação se venha a modificar, dado o interesse manifestado por várias empresas, entre as quais se deve referir a Congel.

2. Objectivos

74. Considerando o estado actual das pescas na província, os objectivos em vista são os seguintes:

Substancial aumento da produção local pelo fomento da actividade piscatória e seus derivados;

Estímulo da iniciativa particular, no sentido de a interessar em tudo o que se refira à exploração piscatória e industrialização dos seus derivados.

3. Investimentos

75. No âmbito deste sector prevê-se o seguinte programa.

1. Pesca artesanal

Construção de 40 embarcações do tipo preconizado pela F. A. O. para a pesca artesanal, e respectivo apetrechamento, de forma a atingir-se uma produção de 2000 t anuais.

2. Pescas industriais

a) Aquisição de cinco traineiras para uma produção, por cerco e arrasto, de 2000 t anuais;
b) Aquisição de dois atuneiros destinados à pesca oceânica do atum.

3. Câmaras de refrigeração e entrepostos frigoríficos

Instalação de quatro câmaras de refrigeração em S. Tomé e uma no Príncipe, com uma capacidade média, por câmara, de 12 t, destinadas a favorecer a recepção e distribuição do pescado do sector artesanal.

Instalação de entrepostos frigoríficos para a pesca industrial.

4. Oficinas de salga e secagem

Instalação de pequenas oficinas de salga e secagem, para o tratamento de parte do pescado capturado pelo sector artesanal.

Pesca

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Pescas	*19 000*
Aquisição de embarcações para pesca artesanal	3 000
Aquisição de embarcações de pesca de arrasto e cerco	8 000
Aquisição de atuneiros	8 000
Instalações de terra	*16 700*
Câmaras de refrigeração	800
Instalação de entrepostos frigoríficos	15 000
Oficinas de salga e secagem	900
Total	**35 700**

III) Indústrias extractivas e transformadoras

1. Evolução recente e problemas actuais

1. Indústria extractiva

76. Tem sido restrito o âmbito de actuação neste sector.

Parece, contudo, merecerem a maior atenção os estudos geológicos, o fomento mineiro e o estudo e aproveitamento dos meios de obtenção de água doce, perante a evolução possível do sector, e as necessidades de água para rega no período seco, que surgirão com o incremento das culturas de banana, ananás e produtos hortícolas.

Escassa será a rentabilidade directa do sector, a menos que as pesquisas petrolíferas conduzam a resultados favoráveis.

2. Indústria transformadora

77. O crescimento global deste sector, expresso por uma taxa média anual de 3,8 por cento no decénio de 1953–1962, considera-se muito modesto, comparando-o com o de qualquer sector industrial ao mesmo nível económico.

No quadro junto indicam-se as principais produções sectoriais, com realce sòmente para o fabrico de pão, indústria de madeiras e produção de sabão, laborando todos os subsectores em precárias condições técnicas, com excepção apenas de algumas serrações de madeiras, do fabrico de pão e de certas unidades particulares de fabrico de óleo de palma (que, no entanto, se encontra em regressão), além do fabrico de gelo.

As causas principais desta situação resumem-se na restrição própria do mercado interno, na inexistência de espírito empresarial ao nível privado, na ausência de crédito orientado para o sector e na preparação deficiente da mão-de-obra local.

Indústrias transformadoras	Unidade	1953	1954	1955	1956
Da alimentação (bebidas excluídas):					
Matança de gado . .	Cabeças	6 629	6 113	5 635	5 333
	Toneladas	×	×	×	×
Moagem e descasque:					
Farinha de milho . .	Toneladas	1 072	676	690	596
Padaria e pastelaria:					
Panificação	Toneladas	×	×	×	×
Bolachas e biscoitos	Toneladas	×	×	×	×
Indústrias alimentares diversas:					
Gelo	Toneladas	117	×	×	×
Bebidas:					
Refrigerantes	Quilolitros	169	×	×	×
Indústrias da madeira e da cortiça, com excepção da indústria do mobiliário:					
Madeira em barrotes, vigas, tábuas, etc. Serração de madeira	Metros cúbicos	×	×	×	×
Indústrias químicas:					
Óleo de palma . . .	Toneladas	3 183	2 383	2 165	2 556
Fabricação de produtos químicos diversos:					
Sabão	Toneladas	260	347	427	401
Produtos minerais não metálicos:					
Artigos de cimento . .	1000 p.	×	×	×	×
Cal	Toneladas	813	570	664	703

1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
5 473	4 819	5 410	5 799	5 310	5 876	6 083	5 660	5 232	5 935
×	×	×	337	320	340	305	289	245	359
721	584	597	593	433	130	99	61	15	11
1 004	570	997	1 051	803	1 233	1 204	1 491	1 644	1 636
×	×	×	4	1	5	6	5	2	4
44	48	144	114	99	130	197	236	232	239
67	43	70	16	91	82	66	79	57	82
×	×	×	1 610	1 700	1 653	3 242	2 349	3 178	3 716
2 280	2 052	1 966	2 229	2 000	1 856	1 641	1 372	1 733	1 337
569	545	550	664	645	582	610	781	696	616
×	43	55	62	15	4	×	×	×	×
752	724	600	586	318	425	256	347	238	183

78. As séries de índices que se apresentam seguidamente mostram a pouca importância das actividades industriais e a tendência para a sua estagnação:

Anos	Matança de gado — Cabeças	Moagem de milho	Panificação	Gelo	Refrigerantes	Madeiras	Óleo de palma	Sabão	Cal
1953	—	100	—	100	100	—	100	100	100
1954	100	63	—	—	—	—	75	133	70
1955	92	64	—	—	—	—	69	164	81
1956	87	56	—	—	—	—	80	154	56
1957	89	67	100	38	40	—	72	219	92
1958	79	54	57	41	25	—	65	210	89
1959	88	56	99	115	41	—	62	212	74
1960	95	55	105	97	9	100	70	255	72
1961	87	40	80	85	54	106	63	248	39
1962	96	12	123	111	49	103	54	224	52
1963	99	9	120	168	39	201	43	235	31
1964	93	6	149	202	47	146	52	300	43
1965	85	1	164	198	34	197	58	268	29
1966	97	1	162	204	49	231	42	237	23

As indústrias que registam progressão nas quantidades produzidas são as da saboaria, gelo, madeiras e panificação. As restantes actividades apresentam taxas ou índices de regressão.

79. Entre as várias hipóteses de industrialização sugeridas para a província sobressaem as seguintes, cuja exequibilidade, pela possível rentabilidade, baixos custos e favoráveis coeficientes capital-produto, aliados a segura colocação dos produtos em mercados de procura, se justifica plenamente:

a) Industrialização do coco, compreendendo o coco ralado e a transformação de fibra (cairo e fibra diversa);

b) Refrigerantes, conservas e sumos concentrados de frutos com utilização de larga gama de frutos existentes na província;

c) Farinação de banana;

d) Fabrico de sabão em unidade dimensionalmente mais económica por meio de provável integração ou fusão das diversas pequenas unidades existentes;

e) Fabrico de farinhas e óleos de peixe e estabelecimento de oficinas de salga e secagem em estreita articulação com o desenvolvimento do sector de pesca;

f) Moagem de milho, com vista à importação e à laboração de cereal produzido ou a produzir na

província, com implicações na modificação de certos hábitos de consumo locais;

g) Laboração de produtos vegetais pelo desenvolvimento da horticultura;

h) Provável laboração do cacau, em natureza, por forma a transformá-lo em produtos semiacabados (cacau em pasta e em pó) ou finais (manteiga), com vista ao abastecimento, respectivamente, da indústria de chocolate e derivados da metrópole e de outros mercados;

i) Aproveitamento da casca do fruto do cacaueiro, destinando-se o produto transformado à participação na confecção de rações para animais.

Igualmente se menciona o aproveitamento da farinha de bagaço do coconote e a construção de uma fábrica de tijolo, bem como aferição das possibilidades, em articulação com o desenvolvimento da horticultura, da preparação de feijão verde e tomate em conserva, para exportação, e ainda o aproveitamento diferenciado da indústria de madeiras.

2. Objectivos

Indústria extractiva

80. Além dos estudos geológicos, mencionam-se as pesquisas petrolíferas.

Indústria transformadora

81. O lançamento de novas indústrias transformadoras, em especial as complementares da agricultura, constitui o objectivo a atingir.

3. Investimentos

82. Prevêem-se os seguintes investimentos:

Indústria extractiva

Prospecção e pesquisas petrolíferas.

Indústria transformadora

Industrialização de oleaginosas, consequente fábrica de sabão e aproveitamento dos bagaços;

Fábrica de conservas de sumos de frutos e refrigerantes;

Fábrica para o aproveitamento integral do coco;
Instalações industriais para a farinação e extracção de óleos de peixe.

Indústrias extractivas e transformadoras

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Indústria extractiva:	
Fomento mineiro:	
Pesquisas petrolíferas	72 500
Indústrias transformadoras:	
Ampliação, renovação e criação de novas indústrias	51 200
Total	123 700

IV) Indústrias de construção e obras públicas

1. Evolução recente e problemas actuais

83. O reduzido volume de construções, que normalmente requer o desenvolvimento económico-social da província e a natureza especializada das obras públicas a realizar, retira à indústria de construções e obras públicas o interesse, em regra, por ela apresentado.

84. Com efeito, a participação do produto sectorial no conjunto do produto interno bruto da província, que não é elevada, mostra tendência regressiva, uma vez que os investimentos infra-estruturais, que atingiram no II Plano de Fomento volume muito significativo, sofreram redução sensível no decurso do Plano Intercalar.

85. No âmbito do III Plano de Fomento foram considerados investimentos no montante aproximado de 200 milhares de contos, distribuídos especialmente pelos sectores de transportes e comunicações, melhoramentos rurais, educação e investigação, indústrias transformadoras e pesca.

2. Objectivos

86. Como objectivo essencial a visar, indicar-se-á a necessidade, sentida genèricamente, de criar e manter as condições de operacionalidade das indústrias de obras públicas e construções da província que lhe permitam

dar resposta conveniente — em nível técnico e custos — às exigências da economia, em geral, e do III Plano de Fomento, em especial.

Paralelamente a este objectivo deverá ser considerado o de aproveitar, no mais alto grau possível, os investimentos a realizar no esforço da promoção social — através da valorização dos trabalhadores locais e da criação de novos empresários —, mediante o apoio a empreiteiros e construtores da província, e do fomento de indústrias fornecedoras de materiais de construção.

3. Investimentos e medidas de política

87. Tão-pouco nesta província se torna necessário prever programa de investimentos para o sector.

O aproveitamento dos recursos de mão-de-obra local para a realização das obras previstas permitirá, quando associada às convenientes acções de formação profissional, constituir contribuição valiosa para a criação de empregos em número significativo e com carácter de permanência, e, por consequência, para um melhor equilíbrio de estrutura do emprego da província. É indispensável uma acção coordenada no escalonamento e sequência das aberturas de empreitadas estaduais, na formação profissional, no fomento industrial e no apoio às pequenas empresas do sector, para que os objectivos indicados possam ser realizados.

V) Melhoramentos rurais

1. Evolução recente e problemas actuais

88. Ao longo do I e do II Planos de Fomento e ainda do Plano Intercalar foram levadas a cabo importantes realizações, e, se não ficaram supridas todas as necessidades, pelo menos não se tornam necessários investimentos adicionais vultosos.

Assim, e no que respeita a abastecimento de água, redes de distribuição de energia eléctrica, caminhos e outros melhoramentos, o que está ainda por realizar não constitui grande problema.

2. Objectivos

89. Tem-se ainda em vista a melhoria das condições dos meios rurais, de modo a diminuir a distância que existe entre os centros populacionais e o campo, quanto a oportunidades no plano económico, social e cultural.

3. Investimentos

90. Dirigem-se ao financiamento da construção de casas e de um conjunto de obras de interesse público, assim discriminado:

a) Abastecimento de água de povoados;
b) Rede de distribuição de energia eléctrica às vilas que se encontram no traçado resultante do aproveitamento hidroeléctrico do rio Contador;
c) Regularização da margem esquerda do rio Papagaio, que visa não só a melhorar as condições de salubridade de Santo António, mas especialmente ao aproveitamento das águas para rega;
d) Outros melhoramentos ligados à promoção sócio-económica das populações rurais.

Melhoramentos rurais

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Abastecimento de água a povoados	3 000
Redes de distribuição de energia eléctrica	4 500
Regularização da margem esquerda do rio Papagaio	1 000
Outros melhoramentos	500
Total	9 000

VI) Energia

1. Evolução recente e problemas actuais

91. Os meios de produção de serviço público existentes na ilha de S. Tomé (central térmica e aproveitamento hidroeléctrico do Guegue), com uma potência total instalada de 840 kW, ficaram saturados em fins de 1965, acabando, porém, de entrar em exploração o novo aproveitamento do rio Contador, equipado com dois grupos turbo-alternadores de 1200 kVA cada um. Prevê-se que este sistema produtor interligado possa satisfazer às solicitações dos consumidores ligados à rede pública de distribuição de energia até ao termo do III Plano de Fomento.

Na ilha do Príncipe, a cidade de Santo António — único aglomerado com rede pública de distribuição de energia — não dispõe de meios de produção eficiente. O grupo *diesel* eléctrico ali instalado necessita de ser substituído.

A grande maioria das roças dispõe de centrais hidroeléctricas ou termoeléctricas privativas: em 1965 existiam 38 instalações (das quais 32 do tipo térmico), que totalizavam 2344 kW.

92. A produção e o consumo do sector, relativamente ao período de 1953–1965, foram os seguintes:

Anos	Consumo — Kilowatts-hora			
	Iluminação particular	Iluminação pública	Alta tensão	Valor da utilização da ponta
1953	350 000	150 000	100 000	200
1954	500 000	150 000	150 000	210
1955	650 000	170 000	150 000	225
1956	700 000	250 000	160 500	235
1957	850 000	260 000	160 500	250
1958	950 000	270 000	180 000	270
1959	1 050 000	270 000	340 000	285
1960	1 100 000	270 500	410 000	320
1961	1 250 000	290 000	530 000	350
1962	1 400 000	310 000	610 000	390
1963	1 580 000	340 000	630 000	460
1964	2 359 102	799 486	×	×
1965	3 358 691	425 091	×	×
1966	3 925 726	594 243	×	×

2. Objectivos

93. O desenvolvimento do sector ficará na estreita dependência do arranque que se verificar, nomeadamente no sector das indústrias de transformação, incluindo as ligadas à pesca. No entanto, para a cidade de Santo António, na ilha do Príncipe, é indispensável a instalação de meios de produção eficientes.

3. Investimentos

94. No programa inclui-se uma verba «por memória» destinada ao estudo em curso da eventual construção de um pequeno aproveitamento hidroeléctrico na ilha do Príncipe, com capacidade média de 2000 a 2500 kVA.

VII) Circuitos de distribuição

1. Evolução recente e problemas actuais

1. Rede de armazenagem

95. Sendo os produtores locais normalmente os exportadores dos seus produtos, dispõem de instalações de tratamento e de armazenagem nas suas explorações, donde

são enviados directamente para o exterior. E o que se passa com o cacau, copra, café, coconote e o óleo de palma.

A rede de frio tem sido deficiente, obstando à boa comercialização de certos produtos, nomeadamente o peixe e a carne, mas a ampliação em curso das actuais câmaras frigoríficas municipais de S. Tomé, de 200 m³ para 600 m³, com uma amplitude entre 300 t e 400 t. irá prover satisfatòriamente as necessidades locais de comercialização.

2. Objectivos

96. Pretende-se reduzir os riscos dos ataques de parasitas às existências para consumo ou para exportação, com a construção de alguns armazéns.

3. Investimentos

97. Construção de armazéns de produtos agrícolas, com capacidade para 5000 t.

Circuitos de distribuição

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Comercialização e armazenagem	5 200

VIII) Transportes e comunicações

1. Evolução recente e problemas actuais

a) Rede rodoviária

98. A província de S. Tomé e Príncipe dispõe de uma rede rodoviária de indiscutível valor: 323 km de estrada, dos quais 117 km asfaltados.

Do total, cabem à ilha de S. Tomé 275 km.

É, no entanto, necessário que os Serviços de Obras Públicas se equipem por forma a poderem assegurar a boa conservação das estradas, em termos de delas tirar o mais econòmicamente possível todo o rendimento que de tais infra-estruturas seja legítimo esperar.

Em 1965 havia na província 821 automóveis ligeiros, 218 camiões, 53 tractores e 156 motociclos.

b) Portos e navegação

99. A construção das instalações portuárias de Ana Chaves (ilha de S. Tomé), não obstante os importantes investimentos realizados, não resolveu o problema de dotar a província com instalações portuárias de acostagem para barcos de longo curso.

O porto da ilha do Príncipe (na cidade de Santo António) não tem quaisquer instalações e sòmente as suas apreciáveis condições naturais permitem que seja frequentado esporàdicamente pela navegação de longo curso e sirva normalmente à navegação de cabotagem (com a ilha de S. Tomé).

c) Transportes aéreos e aeroportos

100. A infra-estrutura aeronáutica de S. Tomé e Príncipe é essencialmente constituída pelo aeroporto de S. Tomé e pelo aeródromo do Príncipe. Existe ainda um outro pequeno aeródromo — o de Porto Alegre — servindo à vida interna da província.

O aeroporto de S. Tomé está classificado como rede nacional. É de todo o interesse que este aeroporto esteja apto a dar apoio em rota e a poder ser utilizado por jactos em emergência.

Quanto ao aeródromo do Príncipe, está a ser convenientemente apetrechado.

d) Telecomunicações

101. No final do ano de 1965 existiam na província 325 telefones automáticos, 2 postos telefónicos públicos e 111 telefones manuais.

A rede telegráfica e radiotelegráfica está coberta com duas estações, uma em S. Tomé e outra no Príncipe.

2. Objectivos

102. São os seguintes os objectivos em vista:

1. Transportes rodoviários

Pretende-se o alargamento da já razoável rede de estradas da província com vias de penetração para o interior.

2. Portos e navegação

Portos

Tem-se em vista dispor em S. Tomé de um porto de mar, que contenha em si todos os requisitos necessários à movimentação dos produtos de e para o exterior e que permita a atracação de navios de grande porte. Prevê-se a sua construção em Fernão Dias ou, mais provàvelmente, em Morro Carregado. Na ilha do Príncipe pretende-se melhorar o porto de Santo António.

Navegação

Pretende-se uma maior segurança na navegação (farolagem) e a melhoria das ligações marítimas entre as duas ilhas.

3. Transportes aéreos e aeroportos

Aeroportos

Os objectivos a alcançar incluem melhoramentos nos aeroportos existentes.

Transportes aéreos

Há que proceder à remodelação do material de voo, com a substituição dos aviões em serviço por outros de construção recente.

4. Telecomunicações

Pretende-se a automatização e a ampliação da rede telefónica existente.

5. Meteorologia

Tem-se em vista o aperfeiçoamento dos métodos de análise na rede meteorológica da província e o levantamento geomagnético complementar do iniciado em 1960.

3. Investimentos

103. A dotação consignada no III Plano de Fomento destina-se a custear os seguintes empreendimentos:

1. Transportes rodoviários

Construção de 88 km de novas estradas, sendo 80 km em S. Tomé e 8 km no Príncipe.

2. Portos e navegação

Instalação de um porto de longo curso em S. Tomé;
Melhoramento do porto de Santo António;
Farolagem dos portos e costas.

3. Transportes aéreos e aeroportos

Aeroportos

Reapetrechamento oficinal no aeroporto de S. Tomé;
Construção e apetrechamento de um anexo ao hangar do mesmo aeroporto;
Conclusão da asfaltagem da pista do aeródromo do Príncipe;
Construção e apetrechamento de edifícios próprios no mesmo aeródromo.

Transportes aéreos

Aquisição de dois aviões de seis a oito lugares e dos respectivos sobresselentes.

4. Telecomunicações

Automatização da rede telefónica da ilha de S. Tomé;
Ampliação da rede telefónica da cidade de S. Tomé;
Central telefónica de Santo António e respectiva rede;
Melhoramento da estação de radiodifusão local.

5. Meteorologia

Rede meteorológica;
Levantamento geomagnético complementar.

Transportes e comunicações

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Transportes rodoviários	*89 000*
Construção de estradas	83 000
Conservação de estradas	3 000
Equipamento	3 000
Portos e navegação	*63 900*
Construção de um novo porto	61 000
Obras portuárias	1 200
Farolagem	1 200
Estudos e projectos	500

Empreendimentos	Contos
Transportes aéreos e aeroportos	*15 700*
Material de voo	10 000
Edifícios	1 250
Pistas	2 500
Equipamento	1 850
Meteorologia	*1 300*
Rede meteorológica	1 100
Levantamento geomagnético complementar	200
Telecomunicações	*9 200*
Automatização da rede telefónica da ilha de S. Tomé	3 500
Ampliação da rede telefónica na cidade de S. Tomé	1 700
Instalação da central telefónica de bateria de Santo António e lançamento da respectiva rede telefónica	500
Melhoramento na estação emissora	1 200
Diversos (aquisição de aparelhagem para os centros emissor e receptor)	2 300
Total	**179 100**

IX) Turismo

1. Evolução recente e problemas actuais

104. Embora exista uma diversidade de factores naturais de atracção turística, a estrutura de apoio é insuficiente para um desenvolvimento de tal actividade.

O apetrechamento hoteleiro reduz-se pràticamente a uma pousada situada a cerca de 900 m de altitude, em excelente localização, nas vizinhanças da capital.

As ligações de S. Tomé com o exterior constituem os mais importantes factores que dificultam o desenvolvimento da actividade turística.

2. Objectivos

105. Pretende-se melhorar as instalações existentes, em especial a pousada, onde há que construir algumas infra-estruturas complementares, que constituam motivos de atracção.

3. Investimentos

106. Aquisição da propriedade adjacente à pousada de S. Tomé e seu melhoramento, incluindo a instalação de um aldeamento turístico.

Turismo

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Construções	1 300
Campos de jogos e parques de diversão	1 100
Total	2 400

X) Educação e investigação

1. Evolução recente e problemas actuais

1. Educação

a) Ensino primário

107. O ensino primário em S. Tomé e Príncipe tem apresentado, nos últimos anos, um ritmo de expansão muito apreciável, tendo-se já atingido a escolaridade total. O número de alunos tem vindo a aumentar, assim como o de professores.

O movimento escolar nos anos lectivos de 1963–1964 e 1964–1965 foi o constante dos quadros seguintes, o primeiro relativo ao ensino oficial e o segundo ao ensino particular:

Anos	Escolas	Professores	Alunos
1963–1964	14	90	3 697
1964–1965	14	103	4 370

Anos	Escolas	Professores	Alunos
1963–1964	16	30	1 295
1964–1965	16	30	1 368

O ensino primário oficial encontra-se actualmente a cargo de professores do quadro efectivo (diplomados com o curso do magistério primário), de professores contratados (habilitados com o exame de professores de posto escolar ou preparados pelas respectivas escolas de habilitação) e de

professores eventuais (chamados a leccionar consoante as necessidades do ensino). Têm-se realizado cursos de férias especialmente destinados aos professores do quadro eventual para melhoria das suas habilitações pedagógico-didácticas.

A mencionar também a existência do ensino infantil.

108. Os elementos estatísticos de que se dispõe permitem traçar as perspectivas que se apresentam para a evolução do ensino primário.

	Ano de referência: 1965	III Plano de Fomento						1975
		1968	1969	1970	1971	1972	1973	
1) População natural (estimativas: taxa de crescimento — 2,7) (milhares)	*50,2*	*54,4*	*55,8*	*57,3*	*58,9*	*60,5*	*62,1*	*65,5*
2) População escolarizável (6–14 anos — 18 por cento, por estimativa) (milhares)	*9*	*9,8*	*10*	*10,3*	*10,6*	*10,9*	*11,2*	*12*
3) Número de agentes docentes necessários	*128*	*167*	*178*	*189*	*22*	*245*	*300*	*343*
Professores primários (45 por cento, aproximadamente)	–	75	80	85	103	110	135	154
Professores de posto (45 por cento, aproximadamente)	–	75	80	85	103	110	135	154
Monitores escolares (10 por cento, aproximadamente)	–	17	18	19	22	25	30	35
4) Número de agentes para cobrir as faltas (5 por cento)	–	*8*	*9*	*10*	*12*	*12*	*15*	*17*
5) Número de alunos por inspector	–	*7 500*	*8 000*	*8 500*	*9 100*	*4 900*	*5 250*	*6 000*
6) Número de inspectores necessários	–	*1*	*1*	*1*	*1*	*2*	*2*	*2*

b) Ensino secundário

Ensino liceal

109. O ensino secundário é ministrado no Liceu de D. João II, situado na capital. Apesar de instalado em edifício próprio, mas não expressamente construído para o efeito, crescem de ano para ano as dificuldades no que respeita à capacidade e condições de funcionamento das suas actuais instalações.

Além do curso ordinário diurno, funciona também um curso extraordinário nocturno.

Para os anos lectivos de 1963–1964 e 1964–1965, os números são os seguintes:

Anos	Professores	Alunos
1963–1964	37	583
1964–1965	35	601

Ensino técnico e profissional

110. Em 1965 foi criada uma escola técnica elementar de frequência mista em S. Tomé, a qual, em 1967, foi elevada a escola comercial e industrial, encontrando-se ainda na fase preliminar do seu funcionamento.

Mas o ensino profissional elementar dispunha já de uma escola de artes e ofícios; em 1964–1965 tinha 7 professores e 93 alunos.

A referir também uma escola de enfermagem anexa ao hospital central.

3. Investigação não ligada ao ensino

111. No caso particular de S. Tomé e Príncipe, predominam, no âmbito da investigação, os trabalhos já efectivados nos anteriores planos de fomento, ou a efectuar de futuro, alguns relacionados directa ou indirectamente com o sector agrícola, quer no sentido de uma melhoria nas práticas e técnicas de cultivo, quer constituindo formas de avaliações de produtividade e dimensão da propriedade, com vista a ulteriores aplicações de diversa natureza, sempre implícitas no âmbito do desenvolvimento económico.

2. Objectivos

1. Educação

112. Pretende-se fundamentalmente elevar o nível cultural da população, através de:

Melhoria das condições do ensino primário;
Ampliação das possibilidades de acesso ao ensino secundário;
Maior acesso ao ensino médio e superior, com a concessão de um número mais elevado de bolsas para estudos fora da província;
Educação de adultos — promoção social, formação profissional e alfabetização.

2. Investigação não ligada ao ensino

113. São os seguintes os objectivos em vista:

a) Cartografia geral

Prevê-se o prosseguimento dos trabalhos com vista à conclusão das cartas geral e cadastral.

b) Hidrologia

Pretende-se executar os trabalhos de investigação sobre a existência e localização de águas, designadamente com vista às necessidades de irrigação na estação seca.

c) Investigação aplicada à agricultura

Pretende-se a elaboração de uma nova carta dos solos em menor escala do que a já existente. A investigação básica, a cargo da Estação Agrária e Florestal e dos postos agrícolas, deve prosseguir com o incremento conveniente

d) Estudos de biologia piscatória

Os objectivos consistem no prosseguimento das investigações sobre a biologia piscatória nas águas de S. Tomé, para um apoio científico e tecnológico à pesca, e no estudo sobre o estabelecimento de um porto de pesca com as indispensáveis infra-estruturas logísticas e que possa fornecer apoio e abrigo à navegação de pesca oceânica.

e) Coordenação de investigação científica

Têm-se em vista os estudos económicos de base, análises sectoriais, inquéritos técnico-económicos e demográficos, etc., a realizar por intermédio de um centro de estudos e concessão de bolsas de estudos.

3. Investimentos

114. Prevêem-se os seguintes investimentos:

1. Educação

Construção e apetrechamento de novos edifícios escolares;
Diversos (campanha de educação e bolsas de estudo).

2. Investigação não ligada ao ensino

a) Cartografia geral

Impressão das cartas 1/25 000 e 1/10 000 e estudos geológicos com a finalidade de elaborar a carta geológica.

b) Hidrologia

Estudos sobre a existência e localização de águas.

c) Investigação aplicada à agricultura

Elaboração de nova carta dos solos;
Investigação básica.

d) Estudos de biologia piscatória

Aquisição de uma embarcação polivalente para estudos de apoio tecnológico;
Estudos da biologia piscatória;
Estudos sobre o estabelecimento de um porto de pesca.

e) Coordenação de investigação científica

Centro de estudos de base.

Educação e investigação

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Educação	**23 500**
Construção e apetrechamento de novos edifícios escolares	*20 400*
Diversos (campanha de educação básica e bolsas de estudo)	*3 100*
Investigação não ligada ao ensino	**48 065**
Cartografia geral	*15 840*
Impressão de cartas cadastrais	840
Encargos com a Brigada de Cartografia e Cadastro	11 000
Carta geológica	4 000
Hidrologia:	
Estudos sobre a existência e localização de águas	p. m.
Investigação aplicada à agricultura	*17 925*
Carta dos solos	1 275
Encargos com a Estação Agrária e Florestal e postos agrícolas	16 650
Estudos de biologia piscatória e pesca experimental	*7 000*
Estudos	3 500
Embarcação polivalente de estudos e apoio tecnológico	3 500
Coordenação de investigação científica	*6 000*
Centro de estudos de base	6 000
Total	**70 265**

XI) Habitação e urbanização

1. Evolução recente e problemas actuais

115. O problema da habitação — que não pode ser dissociado dos problemas urbanísticos — tem de ser encarado como uma das acções a enfrentar perante o desenvolvimento sócio-económico, na medida em que as condições de alojamento e o arranjo urbanístico condicionam e reflectem a actividade económica do território.

No entanto, em S. Tomé e Príncipe a solução do problema habitacional não depende tanto de investimentos maciços do Estado como da iniciativa da população

De facto, o problema carece de ser abordado pelo estabelecimento de um programa dirigido não apenas à construção de moradias por parte do Estado, mas também — e principalmente — ao estímulo das actividades privadas e à mobilização de poupanças ou dos esforços familiares.

Assim, sugere-se a criação e desenvolvimento de um sistema de auxílio ou participação (sob a forma de subsídios ou créditos a conceder a entidades individuais ou colectivas) e a introdução e propaganda de modalidades de edificação a baixo custo, designadamente através da autoconstrução em locais prèviamente escolhidos.

2. Objectivos

116. Tem-se em vista a melhoria do nível habitacional, através da adopção de um política conducente à revisão das estruturas em que se processa a actividade do sector e ainda à actualização e elaboração sistemática dos necessários planos urbanísticos.

3. Investimentos

117. Dirigem-se ao financiamento da construção de casas, através do Fundo de Fomento da Habitação (a que se destina cerca de 50 por cento da verba proposta para aquisição de habitações em regime de propriedade resolúvel), ao desenvolvimento do sistema de auxílio ou participação e ainda à urbanização dos centros populacionais.

A sua discriminação é a seguinte:

a) Construção de casas;
b) Urbanização.

Habitação e urbanização

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Habitação	*6 000*
Construção de casas	6 000
Urbanização	*2 300*
Urbanização de centros populacionais	1 800
Estudos e projectos	500
Total	**8 300**

XII) Saúde e assistência

1. Evolução recente e problemas actuais

118. A assistência médica na província é prestada pela rede sanitária do Estado; pelas autarquias locais (câmaras municipais); pelo Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura; pela Caixa de Aposentações e Pensões dos Funcionários Públicos; pela Casa dos Pescadores; pela Associação de Socorros Mútuos da Trindade; e nas propriedades agrícolas (roças).

119. A organização sanitária oficial compreende um hospital central (cidade de S. Tomé), um hospital regional (cidade de Santo António do Príncipe), quatro delegacias de saúde (três na ilha de S. Tomé e uma na ilha do Príncipe), um centro de assistência materno-infantil (cidade de S. Tomé), um dispensário antituberculoso (idem), uma leprosaria (idem), novos postos sanitários e três maternidades na ilha de S. Tomé, e mais uma maternidade em Santo António.

Este conjunto oferece, no total, 393 leitos, 362 em S. Tomé e 21 no Príncipe.

120. Devido à evolução do sentido das responsabilidades sociais e a uma maior exigência da legislação do trabalho e de assistência ao trabalhador, a actividade privada foi constituindo um conjunto sanitário privativo bastante vasto. Existem na província 29 estabelecimentos hospitalares, dos quais 25 em S. Tomé, 19 postos sanitários (17 em S. Tomé) e um total de 1769 camas (1631 em S. Tomé e 138 no Príncipe).

121. A manutenção e funcionamento dos estabelecimentos sanitários oficiais e particulares está a cargo de 20 médicos, 1 farmacêutico, 74 enfermeiros (enfermeiros, praticantes e ajudantes) e diverso pessoal administrativo.

A província tem desde 1946 uma escola de enfermagem, mas com reduzida frequência e funcionando no hospital central. Existe também uma secção de educação e serviço social pertencente ao Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, onde funciona um curso de monitores de família, com vista a promover a divulgação de princípios sanitários.

122. A taxa de mortalidade vem indicando nos últimos anos uma tendência francamente degressiva. De 27,3 por cento em 1951 desceu para 14,3 por cento em 1965.

No quadro nosológico, não obstante verificar-se já uma manifesta diminuição do grau de endemicidade palustre,

é ainda o paludismo que nos aparece à frente de todos os males que afligem a população de S. Tomé, logo seguido das outras doenças infecciosas e parasitárias, boubas e tuberculose.

Forçoso se torna assim acentuar a urgência em catalisar a acção da campanha contra o paludismo e contra outras endemias até à sua completa erradicação.

123. A actividade dos serviços de saúde tem-se traduzido pelos seguintes números:

Anos	Consultas	Tratamentos	Intervenções cirúrgicas	Injecções	Medicamentos (contos)	Campanha anti-malária (contos)
1959	26 131	84 847	354	40 733	1 145	310
1960	25 568	79 088	426	66 408	1 220	200
1961	36 148	109 556	471	121 505	1 275	209
1962	37 038	104 509	466	102 110	1 357	200
1963	92 621	92 621	534	106 590	1 220	135
1964	116 761	116 761	714	103 620	1 350	400

2. Objectivos

124. Torna-se necessário reorganizar a estrutura médico-sanitária da província, o que implica, fundamentalmente:

Promover a articulação adequada dos recursos do Estado e dos meios de que dispõem, ou podem vir a dispor, as empresas privadas;

Sistematizar e racionalizar as funções das unidades médico-sanitárias disponíveis;

Contrariar ou impedir a tendência que hoje se verifica para a concentração dos médicos na cidade.

Há também que actuar sobre os factores que mais directa e decisivamente influem nas causas de mortalidade geral e infantil.

3. Investimentos

125. Prevêem-se investimentos para:

Intensificação da campanha contra o paludismo;

Ampliação do hospital central e remodelação dos pavilhões existentes;

Apetrechamento e equipamento de diversas instalações hospitalares.

Saúde e assistência

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Saúde	*17 000*
Campanha contra o paludismo	12 000
Ampliação, remodelação e adaptação de pavilhões hospitalares	3 500
Apetrechamento e equipamento de instalações hospitalares	1 500

Programa de investimentos

Resumo por sectores

Sectores	Contos
Agricultura, silvicultura e pecuária	186 875
Pesca	35 700
Indústrias extractivas e transformadoras	123 700
Indústrias de construção e obras públicas	—
Melhoramentos rurais	9 000
Energia	p. m.
Circuitos de distribuição	5 200
Transportes, comunicações e meteorologia	179 100
Habitação e urbanização	8 300
Turismo	2 400
Educação e investigação	70 265
Saúde	17 000
Total	637 540